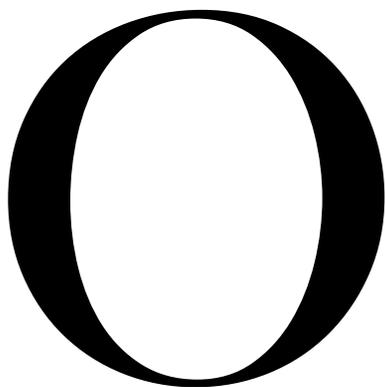




RUBENS RICUPERO

Um doce
crepúsculo:
a diplomacia
de Joaquim
Nabuco

RUBENS RICUPERO
é diretor da
Faculdade de
Economia e Relações
Internacionais da
FAAP e ex-ministro
da Fazenda e do
Meio Ambiente e da
Amazônia no governo
Itamar Franco.



ANTICLÍMAX BIOGRÁFICO

melhor que ficou de Joaquim Nabuco foi a luta pelo abolicionismo na juventude e os grandes livros da maturidade: *Um Estadista do Império*, *Minha Formação*. O que veio depois – a defesa do Brasil no arbitramento sobre as fronteiras com a Guiana Inglesa, a Legação em Londres, a embaixada em Washington – deixa a impressão de uma suave descida de colina, um doce crepúsculo. Provavelmente não com as mesmas palavras, li comentário de Antonio Candido nesse sentido, anos atrás, em texto que não consegui localizar agora. Ele reflete opinião quase unânime entre nós e não serei eu quem irá contestar o que se converteu em senso comum, convicção generalizada. Aceitando-a como fundamentalmente correta, resta a necessidade de explicar por que ela se formou e consolidou, introduzindo talvez uma ou outra qualificação para abrandar o julgamento.

A primeira das explicações é óbvia. Na campanha abolicionista, no parlamento ou na tribuna, o jovem Nabuco foi incontestavelmente o primeiro. Durante o autoexílio que se impôs depois da Proclamação da República, compôs análise histórica da vida política e parlamentar do Império de qualidade incomparável. Na diplomacia, no entanto, ele não passou de um segundo, brilhante quase sempre, mas sem o poder de iniciar e decidir. Apesar do brilho na tribuna, nunca foi ministro nem na Monarquia, nem na República, carecendo, assim, do instrumento mais apto para desempenhar papel de protagonista principal no palco da política exterior.

CONTRASTE COM RIO BRANCO

Contrasta nisso com a trajetória do barão do Rio Branco, filho, como ele, de um grande político da Monarquia. Enquanto Nabuco se

destacava muito moço nas lutas da Abolição e nos círculos literários, Paranhos Junior, depois de começo frouxo de deputado sem distinção, mergulhava aos 30 anos de idade em duas décadas de semiobscuridade no seu Consulado Geral em Liverpool. Dele só emergiu em 1895, ao ganhar para o Brasil a causa do território de Palmas ou das Missões, submetida ao arbitramento do presidente Cleveland.

Tinha então 50 anos, idade provecta num Brasil em que a expectativa de vida era modesta (seu pai, o visconde, de vida rica em peripécias e realizações, chefe do mais longo gabinete do Império, morreu com apenas 62 anos). O filho tinha sido tão completamente esquecido na prolongada fase de moradia na Europa que, após a vitória do arbitramento, precisou ser apresentado ao público brasileiro em editorial no *Jornal do Comércio* pelo amigo Nabuco, que observava certeira: “O Barão do Rio Branco, pode-se dizer, era até ontem muito mais conhecido em nosso país pelo reflexo do nome paterno do que pelo que ele mesmo já tinha feito”.

Desde então, a carreira de Paranhos prosseguirá numa linha invariavelmente ascendente até se tornar, em 1902, ministro das Relações Exteriores, cargo que exerceu sob quatro presidentes, só o deixando ao morrer em fevereiro de 1912. Esses mais de nove anos de comando do Itamaraty deram-lhe o tempo e o poder necessários para imprimir forte marca pessoal em políticas variadas sobre temas numerosos: o Acre e as negociações com a Bolívia, a solução das últimas questões fronteiriças, dentre as quais, as com o Peru e o Uruguai, as tensões e a aproximação com a Argentina, a *aliança não escrita* com os EUA, etc. Colecionou triunfos espetaculares como o incidente da canhoneira Panther com a Alemanha, do telegrama número 9, com a Argentina, a nomeação do primeiro cardeal brasileiro.

Na posição subordinada de agente diplomático e executor de instruções, Joaquim Nabuco não teve nenhuma dessas oportunidades, tendo de contentar-se com um horizonte de ação bastante mais limitado. Os papéis que desempenhou foram menos

centrais e distantes da opinião pública nacional, com exceção das curtas semanas em que veio ao Rio de Janeiro a fim de presidir a 3ª Conferência Internacional Americana em 1906. Tinham-se invertido as situações respectivas dos dois amigos e é significativo que o embaixador em Washington deveria morrer longe da pátria, enquanto o chanceler faleceria poucos anos depois em pleno gabinete de trabalho no Itamaraty.

O episódio-chave que determinaria a divergência desses destinos humanos foi o convite do presidente eleito Rodrigues Alves a Rio Branco para ser seu ministro das Relações Exteriores em 1902. Profundamente dividido, o barão hesitou quase dois meses, tentando desvencilhar-se do encargo. Mais de uma vez para ele recomendou Nabuco, que lhe parecia, como escreveu, dotado de qualidades brilhantes e da coragem de reformador. Nenhum dos dois parecia desejar enfrentar o desafio nesse momento decisivo e de consequências que se provariam irreversíveis na questão de que estamos tratando.

Na sua biografia de Rodrigues Alves, comenta Afonso Arinos de Melo Franco que o “Barão tinha aquele mesmo horror de voltar à pátria que tem fixado tantos diplomatas nossos no estrangeiro, depois de aposentados”. Com irreverência e parodiando a atitude racista e esnobera da elite brasileira do início do século XX, acrescenta que o Brasil era uma devoção a distância, o país de “lá longe” (*de là-bas*). Conhecia sua história como poucos, “mas era a terra do calor, da febre amarela, da mulatada republicana” (Franco, 1973, v. I, p. 216).

Faz observação semelhante sobre o desinteresse de Nabuco: “[...] que ninguém se lembrasse de tirar ‘Quincas, o Belo’, da sua querida Londres, onde ele recordava provavelmente as quadras felizes da mocidade, dos seus sucessos de fidalgo formoso” (Franco, 1973, v. I, p. 218). O alvo dos comentários afirma, em carta ao convidado relutante: “Em caso algum eu aceitaria, mas consideraria um desastre o convite”. E explica os motivos: “Ao contrário de V. eu não serviria para a pasta por ser, como V. diz, *reformador* (político, entenda-se). Minha

entrada exigiria minha inteira aceitação do atual regime constitucional, o que não posso fazer. Não falo da República, mas do modo por que ela está organizada”¹.

Seja como for, o problema não chegou a ser colocado porque Rodrigues Alves insistiu com o barão, que acabou por aceitar, pois, conforme também sugere Arinos, apesar da vacilação, no fundo desejava o posto. A partir desse instante definidor, não se apresentaria mais a oportunidade do ministério durante o período de vida que restava a Nabuco.

REVIRAVOLTA NO JUÍZO DA DIPLOMACIA DE NABUCO

Além da posição subordinada que coube a Nabuco na diplomacia, outra explicação do juízo que se faz da política exterior propugnada e realizada pelo nosso primeiro embaixador foi a ingrata sorte póstuma dessa política. Ninguém sonharia em contestar a validade perene da Abolição ou o acerto profético do que escreveu seu maior advogado a respeito da inexistência de um povo verdadeiro num país escravagista ou sobre a necessidade de que a extinção do trabalho servil viesse acompanhada pelo acesso à terra.

O mesmo, contudo, não se pode dizer da sua diplomacia. A maioria dos brasileiros provavelmente estranharia hoje sua adesão, entusiástica em certos casos, em outros com reserva, à linha diplomática norte-americana. O que choca nossa sensibilidade é a identificação que ora fazemos entre essa linha e o uso e abuso do *big stick*, o *cacetão* (na tradução de Oliveira Lima), as repetidas intervenções ianques em Cuba, na República Dominicana, na América Central, na secessão do Panamá. Nabuco não aprovava nem as intervenções, nem o método empregado, como veremos adiante, mas esses aspectos negativos eram compensados, no seu espírito, pela vantagem pragmática da proteção dos EUA à integridade do Brasil.

1 Carta a Paranhos, Londres, 30/6/1902 (Viana Filho, 1959, pp. 311-2).

Os discursos e as conferências abolicionistas continuam a ser citados naquilo que se ajusta às questões brasileiras atuais. Eles guardam inteira contemporaneidade, e a nenhum dos leitores ocorreria censurá-los por haverem promovido abolição “prematura” ou ruí­nosa, conforme opinaram então Síl­vio Romero ou Oliveira Lima. Nesse sentido, são mais “contemporâneos”, mais unânimes agora do que quando foram proferidos.

Já no caso dos escritos diplomáticos, até o vocabulário, a nomenclatura, o estilo soam como aquelas raras gravações subsistentes dos anos iniciais do século XX, nas quais as vozes de tom declamatório, a prosódia lusitana, a retórica exaltada das perorações fazem pensar em passado irremediavelmente perdido. Quem, por exemplo, se definiria como “monroísta”? Quem ousaria antepor-se a Rio Branco com argumento que parece de uma ingenuidade inacreditável quando os americanos, até pouco tempo atrás, se caracterizavam pelo unilateralismo bélico: “Ele confia na Alemanha, na França, na Inglaterra, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais, e eu só confio nos Estados Unidos”²?

Não se trata apenas do estilo, mas da substância. A Abolição da Escravatura e as preocupações sociais se incorporaram ao acervo permanente das conquistas da história brasileira, ao passo que a opção preferencial pelos Estados Unidos revelou-se transitória e passou a ser crescentemente contestada. Quase tanto como Paranhos, Nabuco contribuiu para fazer da *aliança não escrita* com Washington o paradigma que dominaria a política exterior do Brasil de 1905 a 1961 e voltaria a predominar no breve governo de Castelo Branco, após o golpe de 1964. Desde Jânio Quadros e San Tiago Dantas, no entanto, vai-se esboçar reação, que se imporá finalmente com Geisel e Azeredo da Silveira, fazendo prevalecer um novo paradigma em substituição ao das “relações especiais” com os EUA, pejorativamente designado de “alinhamento automático”.

Era impossível que não sofresse com isso a reputação de Nabuco, que se orgulhava de não haver no serviço diplomático quem o superasse no monroísmo ou no favorecimento à mais íntima aproximação com o governo americano. É útil por isso

2 Carta a Hilário de Gouvêa, 19/11/1909 (Nabuco, 1949, p. 330).

O embaixador Joaquim Nabuco nos EUA em 1909



Reprodução

fazer uma tentativa de reavaliação da contribuição de Joaquim Nabuco à história da diplomacia brasileira, o que corresponde aos onze últimos anos de sua existência. Desse período, iniciado em março de 1899 com a aceitação do convite para defender o Brasil no arbitramento sobre as fronteiras com a Guiana Britânica, a maior parte, quase oito anos, vai transcorrer sob a sombra dominadora do ministério de Rio Branco.

Um panorama abrangente dessa fase de vida se encontra nos prefácios e notas que Evaldo Cabral de Mello escreveu para a magnífica e muito aguardada edição dos *Diários* (Nabuco, 2005, vol. 2). As observações rigorosas, sutis, penetrantes de um de nossos maiores historiadores e prosador de grande força constituem a melhor introdução que conheço para o estudo da diplomacia de Nabuco na sua inteireza.

FIM DO OSTRACISMO

Ao ceder aos apelos do governo de Campos Sales, o monarquista, que vinha de concluir sua *opus magna* dedicada ao Segundo Império, estava pronto a encerrar a fase de voluntário ostracismo com o seguinte balanço: “Guardei o luto da Monarquia dez anos. Parece-me bastante. Em vez de me reconhecerem a virtude desse luto me atacaram por o ter tirado, confundindo o luto com os votos perpétuos” (Viana Filho, 1952, p. 219).

A frase final se refere aos ataques da ala mais irreconciliável dos nostálgicos da Monarquia. Em cada etapa da sucessão de cargos que iria aceitar nos anos seguintes até culminar com o do primeiro e, na época, único embaixador do Brasil, seria tratado de tráfuga e traidor. Sua reação teve a mesma ironia penetrante com que desvendou a motivação profunda dos figurantes da política do Império. A intransigência, comentou, era o papel que esses homens se tinham traçado a si próprios para continuar a viver e, sobretudo, para bem morrer na tragédia da vida...

Apesar dos méritos de sua atuação no arbitramento e na representação diplomática

em Londres e Roma, essa primeira metade do retorno à vida ativa pouco acrescentou à sua reputação. A questão da Guiana terminou com um quase empate, um resultado razoável, levando em conta o diferencial de poder em relação ao Reino Unido, suprema potência internacional da época e a doutrina invocada pelo árbitro. Foi encarada, todavia, como um semialogro pelo principal protagonista e pela opinião pública. O contraste ficava mais penoso diante dos triunfos esmagadores e totais que Paranhos conquistara nas duas arbitragens anteriores, diante da Argentina e da França.

A fase de ministro em Londres foi decepcionante devido à escassa importância política do posto. Em razão do brilho pessoal, o representante do Brasil teve até de intervir, a pedido de colegas sul-americanos, para remediar o descaso com que eram tratados os diplomatas do continente, sistematicamente esquecidos nos convites aos jantares da Coroa. Deixou, a propósito, os seguintes versinhos humorísticos em francês, que revelam, mais do que qualquer argumento, a situação marginal dos sul-americanos na Corte londrina:

“*Au Palais Buckingham, dîner*
[diplomatique.
On n’attend que le Roi. Sir Thomas, liste
[en main,
S’approche...le Lord Chamberlain.
Et lui dit: ‘Vous avez oublié
[l’Amérique...’
L’Amérique?...on pâlit, on va se trouver
[mal.
On cesse de manger...
Mais Sir Thomas, continuant sa phrase:
‘Du Sud...’ Éclats de rire, appétit général”
(Nabuco, 1958, p. 341)³.

A FASE FINAL EM WASHINGTON

Logo após a sentença do rei da Itália, começa a etapa final de cinco anos, que abrange praticamente as realizações mais relevantes do antigo chefe abolicionista em termos de política exterior brasileira. O

3 “Palácio de Buckingham, jantar diplomático/ Só se aguarda o Rei. Sir Thomas, lista na mão,/ Se aproxima... do Lord Chamberlain./ E lhe diz: ‘Você esqueceram a América.../ A América? Palidez, vão se ver mal./ Para-se de comer/ Mas Sir Thomas, continuando a frase:/ ‘Do Sul.’ Gargalhadas, apetite geral”.

estudo histórico de maior qualidade analítica sobre essa contribuição me parece o livro *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*, do embaixador João Frank da Costa, concentrado na fase que vai do arbitramento à 3ª Conferência Pan-americana. A edição do livro pela Gráfica Record Editora em 1968 apresenta infelizmente erros e defeitos formais tão graves que prejudicam bastante a leitura. Um resultado prático do renovado interesse por Nabuco que se expressa nesse seminário poderia ser justamente a sugestão para que a Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, ou alguma outra entidade, se incumbisse de promover uma edição escoimada dessas deficiências.

Nesse estudo, lembrava João Frank da Costa que “a obra de aproximação com os Estados Unidos e de plena realização do continentalismo tinha [...] para Nabuco, a mesma importância que outrora a questão capital da abolição”. Em apoio da afirmação citava as palavras do discurso de agradecimento pronunciado por ele no banquete em sua homenagem durante a 3ª Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, transcritas na *Gazeta de Notícias* de 24 de julho de 1906:

“O destino queria que este resto de vida [...] pudesse ser empregado em uma causa, um serviço, que [...] encheu completamente na minha alma o vazio que aquela grande ideia tinha deixado. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul” (Costa, 1968, pp. 92-3).

O iniciador dessa obra de aproximação, transformada por Nabuco na causa a que dedicou o final da existência, foi o barão do Rio Branco, que a descreveu expressivamente como o deslocamento, de Londres para Washington, do eixo da diplomacia brasileira, com todas as consequências daí decorrentes em matéria de política continental ou internacional. O primeiro ato desse movimento foi, em 13 de janeiro de 1905, o anúncio de que o Brasil e os Estados Unidos haviam decidido elevar ao nível de embaixadas suas missões diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro.

A CRIAÇÃO DAS EMBAIXADAS

Nabuco nada teve a ver com a iniciativa, que se deve inteiramente ao barão. Até chegou a expressar dúvidas quanto à conveniência ou oportunidade do que, na época, era visto como “luxo injustificável”, “megalomania condenável”, “grave erro de política internacional”, segundo fulminou o *Jornal do Brasil*, de 14 de janeiro de 1905.

Hoje em dia é difícil entender por que se considerava insólito um ato de utilidade óbvia como a criação de uma embaixada em país que já era nosso principal mercado de exportação e estava em vias de se tornar a mais rica e poderosa nação do mundo. Um século atrás, todavia, as embaixadas eram espécie raríssima, havendo tendência para julgá-las apanágio exclusivo das grandes potências. Tanto assim que, em Washington, existiam só sete embaixadas, todas, com exceção do vizinho México, representações das potências de primeira ordem que constituíam o Concerto Europeu: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Itália. Uma espécie de G-8 do início do século XX.

No Rio de Janeiro, não havia nenhuma embaixada, e o Brasil, mesmo em Londres, era representado por um ministro – no caso, Nabuco – que exercia a chefia de uma legação. No simbolismo diplomático daquele tempo, a elevação ao nível de embaixada, que não podia ser decisão unilateral, era considerada como mudança qualitativa das relações entre dois países. Do ponto de vista norte-americano, o ato expressava, pela linguagem simbólica do formalismo protocolar, que o Brasil se tornava para o governo dos Estados Unidos o principal parceiro na América do Sul. Para o Brasil, além do aspecto central salientado por Rio Branco – o deslocamento do eixo da diplomacia –, a escolha para Washington da mais alta expressão do serviço diplomático nacional, de alguém que deixara marca de destaque na história e na cultura do país, sublinhava e realçava a importância do gesto.

Aliás, não era só no terreno simbólico que se media o diferencial de uma embai-

xada em relação a outras modalidades de representação diplomática. Havia também uma diferença efetiva a mais em matéria de acesso e influência, com valor agregado tangível. Pouco tempo antes da criação das embaixadas, durante o princípio do conflito do Acre, Assis Brasil, nosso ministro, queixava-se do *status* de ministro, que não lhe permitia ter acesso ao presidente dos EUA. Nabuco, ao contrário, não só dispunha da teórica vantagem protocolar, mas, graças a suas qualidades individuais, conquistou a amizade pessoal e a admiração intelectual de Theodore Roosevelt.

O CONTEXTO HISTÓRICO

Se voltássemos aos dois polos que balizaram a vida e a carreira de Joaquim Nabuco—a campanha abolicionista e a construção do novo paradigma diplomático em Washington—, não seria exagero explicá-los como a expressão do espírito mais profundo das duas épocas históricas em que viveu, de acordo com a divisão adotada por Eric Hobsbawm: a Era do Capital, de 1848 a 1875 (Nabuco nasceu em 1849), e a Era dos Impérios, de 1875 a 1914.

Insere-se, dentro da primeira, a luta para extinguir o trabalho servil, evidentemente incompatível com o tipo de capitalismo industrial e o regime de assalariado que se disseminavam pelo mundo. Entre nós, dado o notório retardamento histórico brasileiro, ainda mais acentuado então, conforme indica o próprio anacronismo da escravatura, teríamos de esticar um pouco o limite final de Hobsbawm, de 1875 para 1888, a fim de que a era da implantação do capitalismo pudesse abarcar não só a Lei do Ventre Livre, de 1871, mas a Abolição final.

Em relação à Era dos Impérios ou do Imperialismo, é maior ainda o poder explicativo do tempo histórico como determinante da conduta dos homens que orientaram a política exterior brasileira. Paranhos e Nabuco viveram ambos seus anos de maturidade durante o apogeu do imperialismo europeu. Aproximavam-se dos 40 anos

quando a Conferência de Berlim, sob a presidência do chanceler Otto von Bismarck, promoveu o desmembramento do Congo e da África como se estivesse trinchando um peru. Assistiram à imposição à China dos tratados desiguais e dos portos exclusivos, à abertura forçada do comércio e da navegação do Japão, à amputação, fatia a fatia, do Império Otomano, à conquista da Indochina, ao bombardeio de Valparaíso. Como todos os contemporâneos, indignaram-se com o esmagamento da resistência dos *boers* da África do Sul. Vinte anos antes, haviam sido testemunhas da tentativa de Napoleão III de conquistar o México para Maximiliano, no momento em que a Guerra de Secessão distraía a atenção dos EUA.

Arivalidade por colônias e protetorados, que por pouco não provoca um choque entre a França e a Grã-Bretanha no incidente de Fachoda ou entre a Alemanha e a França em Agadir, a disputa pelo espólio otomano entre a Áustria e a Rússia nos Bálcãs, a corrida armamentista desenfreada, a emulação naval entre alemães e britânicos e a exacerbação dos nacionalismos eram a face oculta da lua, o lado sombrio e ameaçador da *belle époque*. A doçura de viver que o barão encontrava em Paris e Nabuco em Londres foi a última irradiação de uma civilização que em breve descobriria sua mortalidade. Depois de exercerem a violência e a opressão contra os povos colonizados, os europeus iriam voltar as armas contra si próprios, destruindo-se uns aos outros na primeira das duas grandes guerras civis no interior do mesmo espaço civilizatório, que evocaria, nos tempos modernos, o conflito entre Atenas e Esparta, começo do fim da civilização grega.

Nenhum dos dois principais protagonistas da virada da política externa brasileira, a partir de 1905, teve a desventura de sobreviver ao naufrágio do seu mundo e do seu tempo. Morreram ambos, Nabuco no início de 1910, Rio Branco, de 1912, na véspera da catástrofe anunciada pelos canhões de agosto de 1914, o estrondoso *finale* wagneriano do último e prolongado ato do século XIX. Não chegaram a conhecer a Primeira Guerra Mundial e o que se seguiu, a Revolução de

Outubro de 1917, a anarquia e a fome na Europa Central, a profunda crise depressiva dos anos 30. Nem imaginaram a possibilidade do triunfo de ideologias como o fascismo e o nazismo em alguns dos mais cultos países europeus, a eclosão de novo conflito ainda mais mortífero, os campos de concentração, o Holocausto, Hiroshima e Nagasaki, a Guerra Fria. Enfim, estava longe deles tudo o que nos marcou de modo tão fundo que nos dificulta compreender às vezes a sensibilidade e as reações dos dois últimos grandes estadistas do século XIX brasileiro.

Representativos do que esse século teve de melhor, fiéis ao seu espírito, foram, no entanto, capazes de perceber, com maior argúcia do que a maioria dos contemporâneos, que, por baixo do aparente brilho, o período de hegemonia da Europa se aproximava do fim. Foi por terem detectado os primeiros sinais de uma realidade nova – a de que o eixo do poder e da diplomacia mundiais derivava em direção aos Estados Unidos – que agiram da forma que sabemos. Tal ação denota realismo, não visão idealizada do mundo, como quiseram crer muitos dos críticos contemporâneos deles, esses, sim, retardatários na compreensão da direção em que se movia a história.

A CONCEITUAÇÃO DA NOVA POLÍTICA

O embaixador em Washington, em particular, sempre mais capaz de teorização e conceituação que o chanceler, deu cedo expressão a uma visão realista da política internacional como o espaço por excelência dos conflitos de poder e da oposição de forças. Em carta a Campos Sales, citada por Carolina Nabuco na biografia do pai (Nabuco, 1958, p. 403), ele escrevia:

“Minha impressão é que para todos os países da Europa e da América o problema externo tende cada dia mais a sobrepujar os problemas internos e que estamos caminhando para uma época em que a sorte de todos

eles sem exceção tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de forças, como sejam a Tríplice e a Dupla Aliança, o Império Britânico, a doutrina de Monroe, etc.”.

Ao contrário do que foi dito e repetido por muitos dos seus críticos, essa visão do sistema internacional não tem nenhum parentesco com o idealismo de Woodrow Wilson ou de Sir Norman Davies, o autor de *A Grande Ilusão*, na véspera da Grande Guerra. Ela não poderia ser mais realista, mais próxima da concepção de teóricos como Hans Morgenthau ou Henry Kissinger, para os quais o poder é o elemento definidor e decisivo das relações internacionais.

O pensamento de Nabuco é, ademais, surpreendentemente original e moderno na apreensão e expressão da realidade internacional como campo de ação de sistemas de forças em disputa, como macroestrutura formada pela interação de sistemas que são movidos pela luta de poder definido em termos de interesses. Não foi sua deficiência de visão, mas sim a dos críticos que levou muitos dos últimos a destacar, no discurso diplomático do embaixador, o que é acessório e de estilo ultrapassado: o monroísmo, a exaltação da amizade com a “grande República do Norte”. Perderam-se no supérfluo, esquecendo o principal: a criativa elaboração do conceito de um sistema separado das Américas, distinto do europeu, reservado para ser espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema europeu de então.

Já em 1898 o futuro sistematizador dessa “nova diplomacia” declarava em entrevista a *O Estado de S. Paulo*: “Nós hoje somos uma das muitas incógnitas de um vasto problema: o problema americano. A Europa, a África, a Ásia formam um só todo político [...]. Defronte dessa massa colossal, que se deve chamar europeia, qual é o destino da América do Sul?” (apud Nabuco, 1958, p. 403 – grifos meus).

Via assim claramente que o mundo não constituía ainda um sistema global unificado como em nossos dias. O que existia era o

sistema europeu tradicional da Balança ou Equilíbrio do Poder, dominado pelas seis grandes potências com embaixadas em Washington, as quais controlavam a África e a Ásia, dirimindo suas disputas por concertação entre elas ou pelo recurso frequente à força. Diante disso, a massa amorfa da América do Sul confrontava-se ao dilema que descreveu como sendo a escolha “entre o monroísmo ou a recolonização europeia”.

Sua resposta ao dilema começa a ser dada no discurso de apresentação de credenciais ao presidente norte-americano (24/5/1905): “Todos os votos do Brasil são [...] pelo aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exercem e se traduz pela existência no mundo pela primeira vez na história de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana”.

Reprodução



A “zona neutra de paz” seria, por conseguinte, uma espécie de segundo bloco ou polo, que contrastaria com o do Velho Continente, conforme descreve com essas palavras:

“A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa colossal unidade pacificadora, interessando fundamentalmente outras regiões da Terra – todo Pacífico a bem dizer –, forma um Hemisfério Neutro e contrabalança o outro Hemisfério, que bem poderíamos chamar o Hemisfério Beligerante” (Nabuco, s.d., pp. 146-7).

Com razão, Clodoaldo Bueno (2003, p. 66) destaca, em sua *Política Externa da Primeira República*, a contribuição crucial de Joaquim Nabuco como o brasileiro que mais influenciou para o reconhecimento da existência de um sistema continental distinto e com personalidade internacional própria. Perante o risco de um mundo que estivera sempre à mercê do monopólio do poder dos europeus, o que ele favorecia era a busca de um equilíbrio bipolar, de uma relativa desconcentração do poder que servisse de proteção a nações desarmadas como o Brasil.

MOTIVAÇÃO DO PENSAMENTO DE NABUCO

Sua motivação foi, acima de tudo, a segurança do território brasileiro, ameaçada, a seu juízo, pela sentença de Vitor Emanuel III, no arbitramento com a Grã-Bretanha. O laudo se inspirara, com efeito, em tendência jurídica europeia definida a propósito do Congo pela Conferência de Berlim em 1885. Esses princípios, reafirmados em 1888 pelo Instituto de Direito Internacional, pretendiam ter valor universal. Afirmavam que o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania territorial era a exigência de posse atual e ocupação efetiva.

Em carta a Tobias Monteiro, de 18 de junho de 1904, o ex-advogado do Brasil aludia às consequências nefastas que esses

O embaixador em Washington, 1905

princípios, embutidos na sentença do rei da Itália, poderiam assumir se fossem aplicados a boa parte do território brasileiro: “Se lhe sujeitássemos a nossa soberania sobre dois terços do Brasil, ele diria que não temos direito algum” (Nabuco, 1949, t. II, p. 169). Dizia em outro escrito: “Com os princípios modernos quanto à soberania de territórios não ocupados, haveria somente no vale do Amazonas campo vastíssimo para o estrangeiro, sem tocar a orla efetivamente apropriada por nós e outras nações”.

João Frank da Costa, que analisa longamente a questão, lembra que, do ponto de vista jurídico, os princípios de Berlim “colocavam em situação precária [...] os imensos territórios despovoados da América do Sul”, vistos como *res nullius*, terra sem dono, nessa época de ambições coloniais exacerbadas. O único meio de tornar seguros dois terços do território brasileiro seria, para Nabuco, a doutrina de Monroe: “Não vejo nenhuma outra intuição da qual dependa tanto a conservação do nosso grande todo nacional”.

Dessa forma, segundo João Frank, a principal consequência do insucesso de Nabuco no pleito da Guiana Inglesa teria sido sua conversão definitiva ao monroísmo e à *aliança não escrita* com os Estados Unidos, que propunha como “uma espécie de aliança tática, subentendida entre nossos dois países”. Recomendava, antes mesmo de tornar-se embaixador, que “a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington”. Concluía: “Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter” (Costa, 1968, pp. 48-9).

como ocorreria mais tarde. Após a aliança da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, foi tão generalizada essa ilusão no Brasil que não poupou nem mesmo homem experiente e arguto como Oswaldo Aranha. No início da década dos 1950, o político gaúcho declarou na Escola Superior de Guerra que a única política externa concebível para o Brasil devia ser a de apoiar os EUA nos foros mundiais e hemisféricos, em troca do apoio americano para o predomínio econômico e militar brasileiro na América do Sul.

Não se tardaria a ver como era exagerada tal visão no momento em que prioridades novas se impunham a Washington no começo da Guerra da Coreia e do agravamento da Guerra Fria. Do mesmo modo se mostraria ilusória a expectativa de que os norte-americanos se empenhariam a fim de obter para o Brasil o reconhecimento internacional de *status* mais prestigioso. Que Nabuco não partilhava dessas ilusões transparece nitidamente da anotação que em 25 de agosto de 1907 faz em seus *Diários* a respeito das decepções brasileiras na Conferência de Haia: “Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo”. Pode-se imaginar comentário mais realista que esse?

Nessa mesma linha de raciocínio, o que havia criado as condições de possibilidade para a diplomacia de Rio Branco e Nabuco fora a conquista efetiva da condição de grande potência pelos Estados Unidos, não a doutrina de Monroe. Essa existia havia quase 80 anos, mas não passara, no início, no que concerne aos norte-americanos, de veleidade sem poder para dar-lhe aplicação efetiva.

EQUÍVOCOS POSTERIORES

Era, como se vê, programa basicamente defensivo, moderado e exequível por coincidir com o interesse e a posição notória dos Estados Unidos. Não visava a objetivos fantasiosos e irrealistas como o de instrumentalizar o apoio de Washington para a supremacia brasileira na América do Sul,

HISTORICIDADE DA NOVA POLÍTICA

Remontam, de fato, aos primeiros anos da embaixada de Nabuco os dois acontecimentos que simbolizam para os historiado-

res da política externa americana a emergência dos Estados Unidos como potência de primeira grandeza em âmbito planetário. O primeiro, em 1905, foi a mediação de Roosevelt para pôr fim à guerra russo-japonesa no Extremo Oriente; o segundo, no ano seguinte, decorreu da participação dos EUA, pela primeira vez em assunto puramente europeu, extra-hemisférico, na Conferência de Algeciras, após o incidente de Agadir a respeito do Marrocos, entre a França e a Alemanha.

A presidência de Theodore Roosevelt segue-se à guerra hispano-americana, à incorporação de Porto Rico e das Filipinas, à imposição de virtual protetorado sobre Cuba. Insere-se na fase de vigorosa afirmação do poderio ianque que, antes confinado às áreas vizinhas ao sul e oeste do território americano, vai-se fazer sentir por toda a parte. Ele se estenderá da China, onde Washington advoga a política da “porta aberta” até o Caribe, à América Central, onde sua dominação será exclusiva, traduzindo-se em numerosas intervenções e na secessão forçada do Panamá.

Impressiona como o barão e Nabuco julgaram cedo e corretamente o caráter irreversível dessa transformação, passando a agir sem demora para que a diplomacia brasileira tirasse proveito da oportunidade que estava em vias de se abrir. É o que Paranhos declarava explicitamente neste despacho de 1905 a Washington:

“A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem contar [...]. As definições da política externa norte-americanas são feitas [...] sem ambiguidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas [...]”.

No banquete (citado acima) da homenagem no Cassino Fluminense, por ocasião da realização, no Rio de Janeiro, em 1906, da 3ª Conferência Pan-Americana, o novo

embaixador novamente defendeu a recém-adotada orientação com argumentos de realismo. Suas palavras eram como um desafio aos críticos:

“[...] a nossa aproximação com os Estados Unidos é uma política que tem [...] a maior de todas as vantagens que possa ter qualquer política – a de não ter alternativas, a de não haver nada que se possa dar em lugar dela, nada que se lhe possa substituir porque a política de isolamento não é uma alternativa e não bastaria para os imensos problemas que espera o futuro deste país” (apud Nabuco, 1958, p. 424).

COMPARAÇÃO COM AS ALTERNATIVAS

Olhando para trás, é difícil discordar. Não existia a alternativa europeia já que a proteção buscada visava justamente à ameaça do imperialismo europeu. Os que favoreciam a opção da Europa idealizavam e esqueciam o passado diplomático brasileiro. Durante as primeiras décadas depois da Independência, a energia diplomática do Brasil foi gasta, acima de tudo, no empenho de sacudir a tutela britânica imposta com os tratados desiguais firmados por D. João VI em 1810 e confirmados como preço da mediação da Inglaterra no reconhecimento do país independente. Essas décadas seriam, aliás, dominadas pelo conflito cada vez mais aberto e violento com Londres a propósito da supressão do comércio de escravos. Por muito tempo havia sido a preocupação primordial dos estadistas do Império acabar com os tratados herdados da época de Dom João VI, que perpetuavam a inferioridade do Brasil perante as potências europeias e lhe impossibilitavam elevar as tarifas de importação e assim aumentar a receita do Tesouro.

Nossas relações com a Grã-Bretanha haviam sido frequentemente tormentosas e sempre assimétricas, culminando com o brutal bloqueio naval do Rio de Janeiro e

**Nabuco com
Bilac, Machado
e Pereira
Passos, entre
outros, na
3ª Conferência
Pan-americana
em 1906**

Reprodução



a ruptura diplomática na questão Christie, em 1863. Ao contrário de quase todos os demais sul-americanos, o Brasil tinha na região das Guianas fronteiras terrestres com três países europeus. Aproveitando-se da confusão dos primeiros anos da República, os ingleses haviam ocupado a Ilha da Trindade, em 1895, e com os franceses tínhamos tido os incidentes com mortes nos garimpos do Calçoene.

Em dezembro de 1905, a violação da soberania brasileira pela canhoneira Panther por pouco não ocasiona um choque de incalculáveis consequências com a arrogante Alemanha do kaiser. Para que se tenha ideia da gravidade do episódio e da firmeza do barão do Rio Branco, vale a pena transcrever o telegrama por ele enviado a Nabuco na ocasião: “Trate de provocar artigos enérgicos dos monroístas contra esse insulto. Vou reclamar [...] condenação formal do ato [...]. Se inatendidos, empregaremos a força para liberar o preso ou meteremos a pique a Panther. Depois, aconteça o que acontecer” (apud Costa, 1968, p. 232). O conflito acabou desmontado pela atitude conciliatória alemã, para a qual provavelmente contribuiu o apoio unânime ao Brasil da imprensa americana e

a consciência que tinha o governo de Berlim da mobilização diplomática efetuada por Nabuco em Washington.

Mas, além da ameaça potencial do imperialismo europeu, outro aspecto que levava a descartar essa opção era a falta de qualquer moeda de contrapartida ao alcance do Brasil em troca de eventual apoio da Europa. Tal situação contrastava com o que ocorria em relação aos Estados Unidos, aos quais podíamos oferecer nosso concurso junto aos demais latino-americanos em favor da política hemisférica ianque.

Se não havia verdadeira alternativa europeia, com mais razão pode-se dizer o mesmo no que tange aos países latino-americanos, desprovidos de poder e, naquele tempo, incomparavelmente mais divididos e problemáticos do que hoje em termos de estabilidade ou capacidade diplomática. Acresce que o Brasil mantinha contenciosos de fronteiras abertos com a maioria deles ou acabara apenas de sair de episódios traumáticos como a questão do Acre com a Bolívia, cujos desdobramentos com o Peru continuavam pendentes e provocariam crises de sérias proporções.

A rivalidade com a Argentina, tenaz e intensa, tendia a agudizar-se devido ao pro-

blema da renovação da Marinha brasileira e provocaria o grave incidente do telegrama número 9, entre Rio Branco e o chanceler argentino Estanislao Zeballos. Se, após quase 15 anos de Mercosul, as relações com Buenos Aires continuam mercuriais, se a aspiração brasileira ao Conselho de Segurança da ONU aguça os ciúmes de argentinos e mexicanos, imagine-se o que seria quando eram muito mais vivos os preconceitos e ressentimentos herdados de passado de conflitos e intervenções!

Aliás, em 1909, a iniciativa de Paranhos, a instâncias dos chilenos, de propor o Tratado do ABC, entre a Argentina, o Brasil e o Chile, não prosperou devido à reticência de Buenos Aires. É irônico que, além da preocupação de não alienar o Peru, a razão principal contra a ideia alegada pelo enviado argentino, Ramon J. Cárcano, fosse o temor de despertar a desconfiança dos EUA... Fracassava, dessa forma, a tentativa de esboçar eixo sul-americano que pudesse servir, ao menos parcialmente, como possível contrapeso e alternativa à aproximação com Washington.

Nabuco esforçou-se sempre por evitar situações em que o Brasil tivesse de escolher entre os Estados Unidos e a América Latina. Na teoria e na prática, buscou as melhores relações com uns e outros. Pouco antes de morrer, sua última contribuição diplomática foi o papel decisivo que desempenhou para afastar a ruptura americano-chilena no caso Alsop. Se fosse nosso contemporâneo, compreenderia melhor que ninguém a insensatez de querer fazer a América Latina escolher entre o Brasil e os Estados Unidos.

RAZÕES DA OPÇÃO

PREFERENCIAL

Desses últimos, não nos separava nenhum conflito de interesses. Não tínhamos problemas territoriais nem de outra natureza, as relações econômicas eram florescentes, contávamos com a ativa simpatia norte-americana no episódio da Panther

e em outros incidentes com europeus. Na arbitragem sobre o território de Palmas ou das Missões, o presidente Cleveland dera completo ganho de causa ao Brasil e a seu advogado, o barão do Rio Branco. As ações truculentas ou meramente musculosas de Theodore Roosevelt e de seus sucessores se exerciam de preferência no Caribe e na América Central – Cuba, Haiti, República Dominicana, Panamá – ou no contíguo México. Estávamos longe, não precisávamos temer os ianques já que não eram eles e sim os franceses e ingleses os que poderiam ameaçar-nos no Amapá, em Roraima e no Amazonas. É de surpreender, nessas condições, que a opção norte-americana parecesse óbvia a Rio Branco e a Nabuco?

No fundo, toda essa demonstração é supérflua. A “nova diplomacia” não se teria imposto como paradigma quase incontornável por mais de meio século se sucessivas gerações de dirigentes brasileiros não estivessem persuadidos de que não existia alternativa melhor para o país.

Um dos ingredientes constantes dessa convicção foi a importância das relações econômicas, de início concentradas no comércio. Com os anos elas se expandiram a outros domínios, à medida que os capitais americanos gradualmente substituíram os ingleses e outros europeus nos empréstimos e investimentos diretos, preferivelmente na indústria, ao passo que as inversões britânicas se haviam concentrado nas estradas, nos portos, nos serviços públicos.

Para ficar apenas no comércio, pouca gente se dá conta, hoje, de que, em 1905-06, o Brasil era o sexto maior parceiro no intercâmbio total dos EUA com o mundo, vindo logo após a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França, o Canadá e Cuba. Em termos de fornecedores, já fomos os terceiros maiores, nos bons tempos em que não se sonhava com a China, o Japão e demais asiáticos que viriam a dominar o mercado americano... Nosso saldo bilateral com os Estados Unidos só costumava variar para cima. Já em 1870, os EUA importavam do Brasil quatro vezes mais do que nos vendiam.

De 1867 a 1905, o saldo acumulado em favor do Brasil havia atingido a cifra astro-

nômica de US\$ 1.785.000.000, a qual, em termos corrigidos, nos deixaria estonteados. O comércio EUA-Brasil ultrapassava o montante do intercâmbio norte-americano com todo o resto da América do Sul. Em 1870, enquanto nosso comércio bilateral com os EUA chegava a US\$ 31 milhões, o intercâmbio com os demais sul-americanos só alcançava US\$ 29 milhões. Em 1905, início da missão de Nabuco, o comércio americano com o Brasil foi de US\$ 100 milhões, ao passo que atingia apenas US\$ 15,3 milhões com a Argentina e US\$ 11 milhões com o Chile (Costa, 1968, pp. 205-6).

Perto do final de sua missão, nosso primeiro embaixador empregaria a fundo sua considerável influência no Congresso e nos círculos políticos americanos a fim de evitar a criação sobre o café de imposto que se desejava instituir em represália à taxa de exportação cobrada pelos estados cafeeiros no Brasil.

O comércio e a economia não deixam dúvidas sobre a existência de sólida base material para o deslocamento do eixo diplomático. O fundamento econômico precedeu mesmo, de anos ou décadas, a decisão política, embora não tenha sido detectado pelos que se impressionavam mais com o predomínio de Londres como praça financeira ainda por algum tempo, ao menos até a Primeira Guerra Mundial.

REALISMO DE NABUCO

Realidade é justamente a palavra que convém, pois a evolução histórica confirmaria cada vez mais e em todos os domínios a tendência ao predomínio americano. Se Paris e Londres haviam sido as duas capitais do século XIX, Nova York viria a ser a capital do século XX. A economia corroborou, portanto, o que nos parece óbvio: a aproximação com os EUA não foi uma construção do espírito, o resultado de um idealismo lírico e equivocado, mas a consequência lógica de uma realidade em transformação.

Na defesa dessa opção, destacam-se nitidamente as diferenças de temperamento e caráter entre as duas figuras dominantes do lado brasileiro. A personalidade de Nabuco era certamente mais fortemente impregnada de poesia e sentimento religioso que a do barão. Sua natureza generosa e romântica transbordava em eventuais excessos de ênfase ou de confiança. Esse “defeito de suas qualidades” não lhe diminuía, entretanto, o agudo senso das realidades, inclusive das comerciais conforme revelou em relação ao imposto sobre o café e as questões econômicas em geral. Tampouco lhe embotou a sensibilidade para os aspectos reprováveis da diplomacia e da sociedade americanas.

João Frank da Costa observa que “Nabuco não aprova a política americana de intervenção na América Central (mas não julgava que tal fato fosse) de natureza a impedir o fortalecimento das [...] relações entre o Brasil e os Estados Unidos”. Em carta a Paranhos dizia: “Note você que eu não acompanho as ideias de Mr. Roosevelt sobre ocupação norte-americana, ou outra, de alfândegas, etc., de países sul-americanos. O meu monroísmo é mais largo e não me prende a esses expedientes que ele imagina para ‘justificar’ [...] a doutrina de Monroe perante a Europa” (Costa, 1968, p. 203).

Quanto à sociedade, atente-se à anotação de 6 de agosto de 1909 dos seus *Diários*:

“O maior dos jogos nacionais aqui é amontoar *dollars* (para os homens) e gastá-los (para as mulheres). *Dollar-heaping* e *dollar-squandering*, posso chamá-los. Depois o dar nos negros. Ainda ontem um ministro branco escapou de ser atacado pela mob por ter apertado a mão de um colega preto. Um senador, que deu um bofetão num criado de cor, dizia ao juiz: ‘*I did not strike a man, but a negro*’. Designam uma mulher de cor num documento de justiça: ‘*A female of the genus africanus*’ (sic)”.

É curioso evocar, no momento em que um candidato negro pode ser eleito presi-

dente dos Estados Unidos, sua conclusão pessimista. Contrastando com o otimismo ingênuo que lhe emprestavam, deduz que o organismo americano terminaria por expelir o preto como cidadão... (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 460).

Alucidez, a condenação moral implícita em tais comentários coexistiam, porém, com o realismo, que o levava a anotar, em 4 de setembro de 1907, a propósito da reação anti-ianque despertada no Brasil pela Conferência de Haia:

“Derrotar os Estados Unidos é uma glória néscia para qualquer nação. Deus queira que haja prudência na nossa imprensa, clarividência entre os nossos homens públicos. Há muita coisa que nos irrita, melindra e aborrece por parte dos Estados Unidos, mas devemos compreender que a nossa única política externa é conquistar-lhes a amizade. Não há nenhum país ao qual seja mais perigoso dar alfinetadas, mesmo as de imprensa” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 409).

É perfeitamente admissível criticar a discrição, timidez ou excessiva prudência desses juízos; o que não se pode é atribuir a idealismo romântico o que era ditado pelo realismo do cálculo.

Em matéria de calculismo ou, se quiserem, de realismo pragmático, o barão não lhe ficava atrás, como expressam, quase com brutalidade, trechos como este:

“A tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles. Não há de ser com uma política de alfinetadas, tornando-nos desagradáveis aos Estados Unidos como desejariam os impotentes inimigos que eles contam aqui e em quase toda a América Espanhola que poderemos inutilizar em Washington os esforços dos nossos contendores”.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE NABUCO E RIO BRANCO

Conforme se nota, Rio Branco e Nabuco, apesar de diferenças ocasionais, estavam em perfeita sintonia no fundamental. Não obstante, o arrebatamento e entusiasmo de Nabuco, a natural tendência de quase todo embaixador no sentido de valorizar exclusivamente seu posto generalizaram a percepção de que ele foi exagerado e ingênuo na defesa da aproximação com os Estados Unidos.

A impressão se deve, ao menos em parte, à diferença das posições ocupadas pelo chanceler, com responsabilidades mais universais, e o embaixador, sujeito à limitação de sua área de visão. No episódio da Conferência de Haia, primeira decepção brasileira com a falta de reciprocidade de Washington à ilusão das *relações especiais* entre os dois países, o embaixador acabou por dar razão a Rui Barbosa no segredo de seus *Diários*. Já Rio Branco teve a oportunidade de dividir com Rui a atenção e os aplausos do público brasileiro como coautor da postura de resistência na conferência.

São numerosos os testemunhos de contemporâneos que esboçaram comparações entre os dois. Salvador de Mendonça, que se considerava o verdadeiro inventor da opção preferencial pelos Estados Unidos, considerava Nabuco “muito mais inteligente, brilhantissimamente inteligente” (do que o barão). Seu defeito seria que “enxerga tudo por uns vidros de aumento [...] e tem das coisas uma visão falsa, privada do bom senso que assinala o centro da gravidade das coisas reais e da gente sensata” (Viana Filho, 1959, p. 369).

Pondo de lado o ressentimento interesseiro, a observação a propósito de Nabuco espelha convicção bastante disseminada (Salvador de Mendonça a atribui a um “amigo íntimo” do embaixador). Os componentes de tal convicção – “enxerga tudo por uns vidros de aumento”, “visão falsa”, “privada de bom senso” – acabaram por

constituir a base do estereótipo que se formou do líder abolicionista e foi legado à posteridade.

De maiores consequências na avaliação do papel respectivo dos dois homens foi a diferença de poder de iniciativa e de comando. A inevitável subordinação de qualquer agente diplomático tornou-se mais acentuada em razão do estilo centralizador de Rio Branco. Basta lembrar, a esse propósito, a observação de Oliveira Lima, segundo a qual, graças ao telégrafo, os representantes do Brasil no Prata encontravam “cada dia à mesa do almoço o programa traçado do seu dia diplomático” (Lima, 1971, p. 285).

O próprio Nabuco queixou-se num registro íntimo:

“As negociações entre os dois países devem ser conduzidas perante o mais forte dos dois por meio de um Agente capaz e não por um portador de recados. A prática de Rio Branco é reduzir o Agente a porta-voz, mandar-lhe os argumentos, o que há de dizer e responder, tudo feito e sem feitiço diplomático, inelástico, intransigente. Isto é um meio de não obter nada... Eu não teria obtido nada se me cingisse às instruções que ele me tem mandado e não procurasse chegar aos fins desejados por outros meios...” (apud Nabuco, 1958, p. 302).

Essas palavras foram escritas num instante de mágoa e apenas transmitem parte da verdade. Em outros momentos, o embaixador reclama contraditoriamente do silêncio, da falta de instruções e de atenção do chanceler. Chega a sugerir, nessas horas, que a *aliança não escrita* e a busca da proteção norte-americana correspondiam mais a uma percepção explícita e definida de sua parte e que nem sempre Rio Branco reagia aos estímulos do embaixador com a receptividade e a presteza necessárias.

Veja-se, por exemplo, a anotação com ênfase na primeira pessoa (“quero”) de 12 de dezembro de 1905 nos *Diários*:

“Quero tornar o Congresso [a Conferência Interamericana de 1906] um grande sucesso e a visita do secretário de Estado um grande

acontecimento. Para nós a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização europeia. [...] Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem e a única proteção da América é o *sea-power* [o poder naval] que só os Estados Unidos têm nela. *Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir. Quero inteligência que pareça aliança tácita*” (grifado por mim).

Concluía com alusão crítica ao incidente com a Panther, no qual Paranhos suspeitou que Nabuco, extravasando das instruções, havia solicitado a interveniência de Washington:

“[...] o Brasil procede com a Alemanha como a França não ousaria. Em que se fia? Sem o *sea-power*, um bloqueio alemão do Rio e Santos nos faria *stew in our own juice* (cozinhar em nosso próprio sumo) [...] Gozar de uma vantagem como o Monroísmo sem o reconhecer é mesquinhez e hipocrisia” (Nabuco, 2005, pp. 346-7).

JULGAMENTO FINAL SOBRE NABUCO DIPLOMATA

A política americana, como a chamava Nabuco, foi, portanto, quase tanto obra sua quanto de Rio Branco. Tudo indica que o primeiro enxergou certos aspectos e deu expressão a determinadas consequências dessa política de forma mais consciente e nítida até que o segundo. Decorridos mais de cem anos da sua introdução, é evidente que ela perdeu muito do viço original e não deixou de sofrer, como tudo que é histórico, os assaltos das mudanças e do tempo.

Não é aqui o lugar para descrever as vicissitudes pelas quais haveria de passar, no futuro, o paradigma que se encontrava em estado de elaboração entre 1905 e 1910. Resta a dizer em poucas palavras que, no essencial, ele deu certo e acabou mesmo sendo vítima de um excesso de êxito, posto

que os sucessores dos responsáveis originais pela opção pró Estados Unidos tenderam a tomar como perene e imutável o que pertencia ao domínio da historicidade. Essa, porém, é outra história.

Anossa começa e termina com Joaquim Nabuco embaixador. Além de conceituado, de pensador capaz de criar uma diplomacia nova, ele foi um dos raros, raríssimos, que soube aliar à força do pensamento as qualidades de execução e desempenho inseparáveis do agente diplomático. Dos seus sucessores, só Oswaldo Aranha chegou perto em capacidade de somar à influência em alto nível na capital americana a força política própria junto aos meios dirigentes brasileiros.

Homem completo até na beleza e na prestança físicas, na perfeição, elegância e encanto com que se distinguia mesmo nas futilidades da vida diplomática, o incomparável Nabuco foi não só o primeiro, mas o maior de todos os nossos embaixadores. Dele se poderia dizer o que escreveu Federico Garcia Lorca a respeito de Ignacio Sanchez Mejia: “*Tardará mucho tiempo en nacer, si es que nace/ un andaluz tan claro, tan rico de aventura*”.

Muito mais pelo que havia feito e escrito antes do seu crepúsculo diplomático, ingressou no panteão máximo das grandes personalidades do Brasil daquela mudança

de século. Foi o que exprimiu melhor do que ninguém seu primeiro sucessor como embaixador em Washington, Domício da Gama, em carta a Mario de Alencar na qual comentava o desaparecimento, um após o outro, dos três polos de uma trindade que não se repetiria: “Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco fazem falta ao meu coração de brasileiro confiado no futuro de país que teve dessas inteligências”.

Na homenagem do Cassino Fluminense, Nabuco deixa transparecer como ele mesmo se dava conta de que a obra diplomática não se situava no mesmo patamar das causas transformadoras de que foi promotor. Reconhecia, como mencionado antes, que a aproximação com os Estados Unidos e o pan-americanismo tinham vindo preencher um vácuo na sua existência. Afirmava, porém, logo em seguida: “Posso dizer que a minha vida, dentro da esfera que me tracei, está concluída. Ao entrar na vida pública, propus-me como programa a Abolição, a Federação, e tudo isso está realizado”.

Concluía com uma nota profética sobre o futuro a que aludia Domício da Gama: “Não me resta hoje mais do que acompanhar com a maior sinceridade, com o maior interesse, com a maior paixão, posso dizer, os novos destinos do país [...] destinado a alcançar proporções de que talvez os que hoje vivem não podem ter a última ideia”.

BIBLIOGRAFIA

- BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- LIMA, Manuel de Oliveira. Conferência “Os Nossos Diplomatas”, in *Obra Seleta*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971.
- NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- NABUCO, Joaquim. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro, Aguilar, s.d.
- _____. *Cartas a Amigos*. São Paulo, Progresso, 1949.
- _____. *Diários*. Rio de Janeiro, Bem-te-vi Produções Literárias, 2005.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo, Nacional, 1952.
- _____. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.